

As críticas e as propostas

S alários miseráveis, precariedade de prédios, ausência de material didático e equipamento, comunidade desarticulada da escola, alunos e professores famintos, currículos inadequados, escassez de verbas, pandemônio burocrático, ausência de órgãos de classe fortes, além de excessiva interferência político-partidária nas atividades educacionais. Estes são os destaques — negativos — do relatório de 38 páginas entregue ao Presidente pelo ministro Marco Maciel.

A estas críticas somam-se inúmeras sugestões de professores, alunos, pais e membros da comunidade em geral. Nada inusitado: as críticas e propostas repetem reclamações antigas da população e setor educacional. A diferença, desta vez, é que o Governo assume os desafios como compromissos de trabalho. Assim, o MEC acrescenta, no relatório final, suas diretrizes: prioridade para o ensino de 1º e 2º

graus, na destinação dos recursos públicos para a educação; participação popular na definição e fiscalização da aplicação de recursos; unificação dos currículos de 1º grau, visando à construção de uma escola básica unitária; eliminação da burocracia e interferência clientelística, entre outras.

Reflexo do intenso momento de mobilização social que estamos vivendo são as reivindicações relativas ao tratamento da questão educacional pela Assembléia Nacional Constituinte. Através do debate, a comunidade pede: um amplo debate entre os educadores sobre a Constituinte; que eles sejam convocados para elaborar propostas concretas para a Constituinte; efetiva representação de setores ligados à defesa da escola pública na Constituinte; e garantia de que os trabalhos da Assembléia sejam acompanhados e divulgados pelos meios de comunicação de massa.